

**MAUSS, Marcel. *Manuel d'ethnographie (Cours donnés à l'Institut d'Ethnologie de l'Université de Paris, réunis par M. Leiris & D. Paulme). Paris: Payot, 1947; reedição, 1967. (Tradução em língua portuguesa: *Manual de etnografia. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972).****

JOÃO DAL POZ

### As lições do manual de Mauss

À primeira vista, não mais que um catálogo para principiantes. Não fosse o autor, talvez, a ninguém ocorreria resgatar das estantes empoeiradas este *Manuel d'ethnographie*, publicado em nome de Marcel Mauss (1872-1950) há exatos sessenta anos. Dele, decerto, recordam-se os títulos mais sugestivos, *Essai sur la nature et la fonction du sacrifice* (1899) e *Esquisse d'une théorie générale de la magie* (1904), ambos em colaboração com H. Hubert; *De quelques formes primitives de classification* (1903), com E. Durkheim; *Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimo* (1906), com H. Beuchat; e, sobretudo, *Essai sur le don* (1925) e *Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne celle de "moi"* (1938).

A bibliografia que nos deixou é extensa e diversificada. Resenhas, comentários críticos e uns tantos estudos mais encorpados, inclusive em co-autorias, que testemunham não apenas a curiosidade de Mauss, mas, ainda, seu apreço genuíno por todo tipo de fatos etnográficos, extraídos de documentos antigos ou registros contemporâneos, oriundos das imediações ou de regiões de ultramar. Um amontoado de pormenores, contudo, a serviço de um “método de comparação precisa”, do qual o *Essai sur le don* seria talvez a sua demonstração mais acabada: o estudo aprofundado de um mesmo tema, circunscrito em áreas criteriosamente selecionadas, onde a documentação seja suficiente para exprimir a “cons-

ciência das próprias sociedades” ([1925] 1974, p. 43) de acordo com seus termos e noções. Sua ambição, de que o estudo dos fatos reagissem ao quadro teórico, que Durkheim e a escola sociológica francesa estabeleceram, instigava-o à descrição de sistemas integrais, concretos, um a um. Ideal rousseauiano, é claro, do estudo do homem universal nos termos de suas expressões particulares. Daí que, em suas palavras, não lhe interessasse

uma comparação constante em que tudo se confunde e na qual as instituições perdem toda cor local e os documentos seu sabor.

Estas suas lições, decerto, são bem conhecidas no *métier*. E, ainda, no caso do *Essai*, as suas razões. Ou seja, os ideais socialistas que o levaram a descrever as formas arcaicas da dádiva como contraponto à política de intervenção estatizante na economia da União Soviética, implementada pela revolução bolchevique. Lições e razões que, ademais, nunca estiveram ausentes das leituras atuais e remotas do *Essai*, que polemizaram seus muitos significados teóricos e políticos.

Dentre as propostas de renovação das ciências sociais na Europa, uns tantos intelectuais franceses, como Jacques Godbout, Alain Caillé, Guy Nicolas e outros, sob diferentes vínculos disciplinares, retomaram justamente o *Essai* de Mauss, em busca de uma crítica contundente tanto ao utilitarismo econômico quanto ao totalitarismo

estatal (Godbout, 1998). Na contracorrente das teorias econômicas hegemônicas, que triunfavam em amplos setores das ciências sociais, eles fundaram em 1981 o “Mouvement anti-utilitariste dans les sciences sociales”. Desde então, *La Revue du M.A.U.S.S.* tornou-se um espaço importante para o debate e a divulgação de idéias e estudos. Depurado dos registros etnográficos donde Mauss foi buscá-lo, o “dom ritual” informaria, para estes autores, um modo particular de troca, uma certa faceta escamoteada da modernidade que não se confunde com a caridade das Igrejas, da Cruz Vermelha ou das ONGs, nem com o humanismo utilitário das campanhas do setor público ou privado (Nicolas, 1991). Enquanto o mercado propugna a liquidação das dívidas, o paradigma da dádiva, ao contrário, não se orienta pelo interesse, sequer pelo desejo de equivalência. Posto que a dádiva, que caracteriza os vínculos primários (o sistema de parentesco) e espontâneos (a doação de órgãos, por exemplo), há de supor, necessariamente, a perpetuação da dívida. Os parceiros do sistema de dádiva, deste modo, permanecem num estado de dívida contínua, tal como acontece nas relações amorosas e na instituição familiar (Caillé, 2000). Para os neo-maussianos, enfim, os atores valorizariam o prazer que a dádiva lhes concede, segundo regras implícitas ou sob a ética da espontaneidade e da modéstia. Por outro lado, a dádiva introduziria na ação social uma incerteza e um risco, e comportaria tanto a liberdade (a escolha racional do paradigma do mercado) como a dimensão moral (a interiorização das normas do paradigma holista). Não causará surpresa, portanto, que os temas preferidos dos neo-maussianos estejam presentes nas discussões anuais do Fórum Social Mundial, instância ideologicamente avessa à globalização econômica neoliberal.

Há no *Essai*, ainda, uma outra lição, que diz respeito ao método: a noção de “fato social total”, aqueles fenômenos complexos nos quais, “ao mesmo tempo e de uma só vez” (Mauss, [1925]

1974, p. 41), conjugam-se instituições religiosas, jurídicas e morais, prestações econômicas, propriedades morfológicas e gostos estéticos. Como coisa e como representação, portanto, de acordo com Lévi-Strauss ([1950] 1974, p. 14-17), “elementos de natureza tão diversa podem adquirir uma significação global e tornar-se uma totalidade”. E, apreendidos sob a forma de “uma experiência concreta”, reintegram, de um lado, o social e o individual, de outro, o físico e o psíquico. Uma solução estratégica, em suma, para o problema de observar um objeto de fora e de dentro: porque somos “inelutavelmente homens”, diz Lévi-Strauss (p. 17), torna-se possível vivê-los como indígena em vez de, tão-somente, observá-los como etnógrafo.

Mas do *Manuel d'ethnographie*, quais são exatamente suas lições? A não ser por uma curta viagem a Marrocos, Mauss não vivenciou a decisiva experiência do “etnógrafo de campo”. Seus estudos, de rara inspiração e ousadia intelectual, seriam reputados, no jargão da disciplina, enquanto uma antropologia de gabinete. Como explicar, então, a alcunha a que fez jus, de “pai da etnografia francesa” (Condominas, 1972)? Na opinião de Louis Dumont, que em fins dos anos 1930 frequentou seus cursos, Mauss encarnou este paradoxo, de “um homem de campo sem sair de sua poltrona” (1985, p. 183). Um zelo fervoroso aos fatos concretos, portanto, que, em Mauss, não se dissociava do papel de mestre entusiasmado, cujos ensinamentos seduziam levas de discípulos e futuros praticantes da etnografia. O que justifica, plenamente, esta advertência atrevida nas páginas iniciais do *Manuel*, de que ali estão as “instruções necessárias para constituir cientificamente os arquivos dessas sociedades mais ou menos arcaicas” (Mauss, 1972, p. 9).

Aliás, o *Manuel* não é um manuscrito de Mauss, mas os apontamentos daquilo que alguns alunos retiveram de suas aulas. Sob o título de “Instructions d'ethnographie descriptive à

l'usage des voyageurs, administrateurs et missionnaires”, Mauss organizou cursos introdutórios entre 1926 e 1939 no Institut d'Ethnologie, da Université de Paris. Criado em 1878, o Museu do Trocadéro foi transformado no Institut d'Ethnologie em 1925, sob os auspícios de Paul Rivet, Lucien Lévy-Bruhl e Marcel Mauss. Por iniciativa de Michel Griaule, em 1936 tornou-se o Musée de l'Homme.

O Institut d'Ethnologie buscava estimular os estudos etnográficos nas colônias africanas, através da formação de etnólogos profissionais e a organização de missões de pesquisa (Byrne, 2000). Paul Rivet atendia os cursos de antropologia e o abade Breuil, os de lingüística. Quanto a Mauss, incumbia-se dos cursos de etnografia, através dos quais preparava os estudantes para um eventual trabalho de campo. Denise Paulme, uma de suas alunas mais destacadas, encarregou-se da edição do *Manuel d'ethnographie* (publicado em 1947, pela Payot), com base em suas próprias anotações, reunidas às de André Schaeffner (seu marido) e Michel Leiris.

Decerto, em obras do mesmo gênero, é possível encontrar um sumário bastante preciso da disciplina, com as definições técnicas, as perspectivas teóricas e os métodos de pesquisa mais adequados. É o caso, por exemplo, do centenário *Notes and queries on anthropology* (na tradução brasileira, *Guia prático de Antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1973), que o Royal Anthropological Institute atualizou seguidas vezes. E, do lado oposto do Atlântico, os compêndios do experiente etnógrafo Robert Lowie, *Primitive Society* (1921) e *An introduction to cultural anthropology* (1934). Nestas e noutras, percebe-se uma mesma pretensão, a de um saber enciclopédico em contínuo progresso – todos os usos e costumes, as formas de organização social, política e econômica, as técnicas e os artefatos, as normas e as crenças, as artes e os jogos, os mitos e os rituais...

O *Manuel* de Mauss, todavia, parece-nos ensinar uma outra lição, não tão *démodé*. Na tradução portuguesa que tenho em mãos (*Manual de etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972), de que me sirvo para as citações a seguir, o texto divide-se em nove seções, desigualmente desenvolvidas, cada uma delas acrescida da bibliografia específica. Na primeira, as finalidades do *Manual*: “ensinar a observar e a classificar os fenômenos sociais” (1972, p. 9; grifo no original). Ao etnógrafo, portanto, cumpre a tarefa de observação dos fatos, de maneira precisa e exaustiva, e de sua exposição objetiva, clara e sóbria. Sobretudo, sem qualquer preconceito moral. Acerca da teoria, a observação lacônica de seu valor “heurístico”, para “incitar à investigação com um objetivo de verificação” (p. 10).

Na segunda seção, então, os métodos de observação: a investigação extensiva, abrangente mas superficial; e a etnografia intensiva, completa e minuciosa, para a qual são necessários anos de trabalho de campo. Em vista de um trabalho mais completo, recomenda ainda a formação de uma equipe multidisciplinar, como hoje diríamos, e uma gama de técnicas e instrumentos: anotações em diários, inventários e fichas; organização de coleções de objetos; elaboração de mapas; registros fotográficos e fonográficos; aprendizado e documentação da língua indígena; levantamentos histórico, morfológico, genealógico e biográfico; e, em último caso, entrevistas formais. Tudo isto reforça a idéia de que, para que seja completa, a observação precisa abranger os fatos materiais e os mentais, as expressões individuais e as coletivas:

O emprego simultâneo desses diferentes métodos irá permitir que se consiga chegar não só à fixação das massas, mas também à fixação dos indivíduos dentro dessas massas. Este conhecimento individual tem uma utilidade considerável (p. 23).

Na seção que trata da morfologia social, define-se o que seja a sociedade, um grupo que se reconhece como tal, “por si mesmo e pelos outros” (p. 25), que comporta divisões internas, além de um território, uma língua, um conjunto de normas e uma tradição. Através dos critérios menos equívocos, assim o habitat e a língua, aos quais se somam os referenciais jurídicos, políticos e religiosos, coloca-se o problema de determinar o grupo em questão. Não obstante, ainda de maneira imprecisa ou provisória, em razão dos processos de emigração e imigração e da influência de sociedades vizinhas.

As duas seções seguintes são dedicadas à tecnologia e à estética. Como distingui-las? À maneira de Durkheim: trabalhando por detrás das formas institucionais, em busca de um princípio abstrato, um conceito comum a um certo tipo de fatos. Nestes termos, então, caracteriza-se a técnica pela noção de utilidade (p. 93), e a estética (arte, jogos) pelas noções de beleza, de prazer e de lúdico. Nas demais seções, analogamente, encontramos os fenômenos econômicos definidos pela noção de valor (p. 135), os jurídicos pela noção de bem moral – a arte de viver em comum (p. 213) – e, enfim, os religiosos pela noção de sagrado (p. 221).

A primazia que Mauss atribui aos fatos concretos, como se vê, para concluir, longe está de qualquer empirismo. Com efeito, não dispensa um certo “jogo de categorias” (p. 219), sequer a elaboração de conceitos. É através deles, tão-somente, que se torna possível experimentar uma humanidade que, a princípio, se nos apresentava como totalmente alheia. Isto porque, diz Mauss nesta última lição:

Estudar uma sociedade qualquer, o mais profundamente possível, não permitirá nunca a ninguém concluir de um modo geral sobre a mentalidade humana; mas a descoberta de novos conceitos, de novas categorias, constitui

uma contribuição preciosa para a história do pensamento humano. (p. 219)

## Referências bibliográficas

- BYRNE, Alice. *La quête d'une femme ethnologue au cœur de l'Afrique Coloniale. Denise Paulme 1909-1998*. 2000. Dissertação de mestrado. Université de Provence, Aix-Marseille I, 2000. (Disponível em: Clio en Afrique, 6, <<http://sites.univ-provence.fr/~wclio-af>>).
- CAILLÉ, Alain. *Anthropologie du don: le tiers paradigme*. Paris: Desclée de Brouwer, 2000. 277 p.
- CONDOMINAS, Georges. Marcel Mauss, père de l'ethnographie française. *Critique*, n. 279: 118-139, 1972.
- DUMONT, Louis. Marcel Mauss: uma ciência em devenir. In: *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985. p. 179-199.
- GODBOUT, Jacques. Homo donator versus homo oeconomicus. *La Revue du M.A.U.S.S. semestrielle* (“Plus réel que le réel, le symbolisme”), n. 12, p. 261-282, 1998.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução: a obra de Marcel Mauss (1950). In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*, vol. 1. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p. 1-36.
- LOWIE, Robert. *Primitive society*. London: Routledge & Kegan Paul, 1921, 451 p.
- \_\_\_\_\_. *An introduction to cultural anthropology*. New York: Farrar & Rinehart, 1934, 365 p.
- MAUSS, Marcel. Essai sur le don. Forme et raison de l'échange dans les sociétés archaïques. *L'Année Sociologique*, n. s., v. 1 (1923-1924), p. 30-186, 1925 (trad. bras. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e antropologia*, vol. 2. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974. p. 37-184).
- \_\_\_\_\_. Une catégorie de l'esprit humain: la notion de personne celle de “moi”. (Huxley Memorial Lecture, 1938). *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, v. 68, p. 263-281, 1938.
- \_\_\_\_\_. *Manuel d'ethnographie* (cours donnés à l'Institut d'Ethnologie de l'Université de Paris, réunis par M. Leiris & D. Paulme). Paris: Payot, 1947, 211 p.; reedição, 1967, 262 p. (trad. port., *Manual de etnografia*. Lisboa: Editorial Pórtico, 1972, 279 p.).
- \_\_\_\_\_; BEUCHAT, Henri. Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimo. Étude de morphologie sociale. *L'Année sociologique*, v. 9 (1904-1905), p. 39-132, 1906.

- \_\_\_\_\_ ; DURKHEIM, Émile. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. *L'Année Sociologique*, v. 6 (1901-1902), p. 1-72, 1903.
- \_\_\_\_\_ ; HUBERT, Henri. Essai sur la nature et la fonction du sacrifice. *Année sociologique*, 2, p. 29-138, 1899.
- \_\_\_\_\_ ; HUBERT, Henri. Esquisse d'une théorie générale de la magie. *L'Année sociologique*, v. 7, p. 1-146, 1904.
- NICOLAS, Guy. Le don rituel, face voilée de la modernité. *La Revue du M.A.U.S.S.* trimestrielle (Le don perdu et retrouvé), n. 12, p. 7-28, 1991.
- ROYAL ANTHROPOLOGICAL INSTITUTE. *Guia prático de antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1973. 431 p.

**autor João Dal Poz**

Professor do Departamento de Ciências Sociais/UFJF  
Doutor em Ciências Sociais/UNICAMP

*Recebido em 05/10/2007*

*Aceito para publicação em 10/10/2007*